



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO – TRIÊNIO 2007-2009

IDENTIFICAÇÃO
ÁREA DE AVALIAÇÃO: PSICOLOGIA¹
PERÍODO DE AVALIAÇÃO: 2007-2009
ANO DE PUBLICAÇÃO DESTE DOCUMENTO: 2008
COORDENADOR DE ÁREA: EMMANUEL ZAGURY TOURINHO

Este documento descreve o planejamento e os critérios de avaliação a serem observados pela área de Psicologia na Avaliação Trienal 2010, relativa ao período 2007-2009. Em data mais próxima à avaliação, este conteúdo precisará ser atualizado. Para alguns quesitos/itens da Ficha de Avaliação, os critérios apresentados diferem daqueles empregados na Avaliação Trienal 2007 (relativa ao período 2004-2006). As mudanças acompanham a revisão da Ficha de Avaliação pelo CTC da CAPES e vão requerer um teste com os dados a serem analisados nas Avaliações de Acompanhamento em 2008 e 2009. Também será necessário orientar os Programas acerca de informações que precisarão constar dos Relatórios e para as quais não há campos específicos no formulário do aplicativo Coleta.

O documento estrutura-se em seções que buscam, antes da apresentação dos critérios de avaliação, descrever o estado da Pós-Graduação em Psicologia e fixar o marco regulatório geral que pautará a avaliação dos seus cursos, explicitando objetivos, princípios norteadores da avaliação, procedimentos a serem empregados no processo e os documentos básicos que fundamentarão a avaliação. Espera-se, assim, que ele cumpra o papel de tornar transparente e o mais objetivo possível todo o processo de avaliação da pós-graduação na área, para todos os atores envolvidos.

1. QUADRO ATUAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Antes de apresentar os critérios de avaliação, convém descrever o quadro atual da Pós-Graduação na área de Psicologia. Os dados a seguir correspondem à situação existente em julho de 2008.

Na Figura 1 apresenta-se a evolução do sistema de Pós-Graduação em Psicologia nos últimos cinco triênios. Os dados referem-se apenas a Mestrados e Doutorados Acadêmicos, uma vez que não existem na área Programas de Mestrado Profissional recomendados. Nos últimos 12 anos o sistema teve um crescimento de quase 150% (havia 24 Programas em 1996 e há hoje 61 Programas). Embora o crescimento dos Programas de Doutorado tenha sido da mesma ordem, apenas 59% dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia têm Doutorado hoje. Do ponto de vista da cobertura geográfica, o nível de Doutorado, ofertado em 1996 em um número bem menor de estados, apresentou maior avanço nos últimos triênios: o número de estados com Cursos de Mestrado avançou de 9 para 17 (crescimento de 89%), enquanto o número de estados com cursos de Doutorado subiu de apenas 4 em 1996 para 13 estados hoje (crescimento de 225%).

¹ Este documento reproduz trechos do documento elaborado no triênio anterior pela área de Psicologia, de autoria de Oswaldo Hajime Yamamoto (Representante de Área) e Emmanuel Zagury Tourinho (Representante Adjunto de Área).

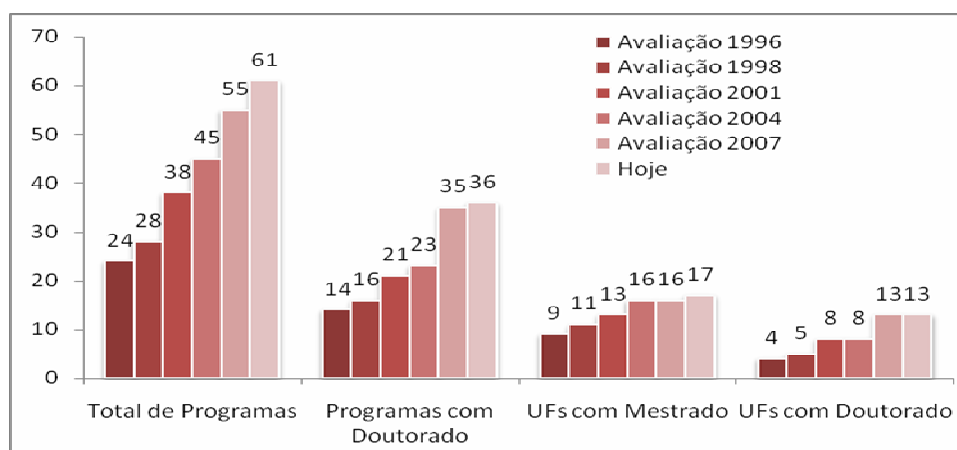


Figura 1. Número de Programas de Pós-Graduação em Psicologia avaliados nos últimos triênios

Na Tabela 1, apresenta-se a evolução do sistema por regiões. Embora tenha havido uma diminuição na concentração dos cursos de Mestrado (de 75% dos Programas em 1996 para 54,1% em 2008) e de Doutorado na região Sudeste (de 78,6% para 60%), ainda hoje mais da metade dos cursos estão no Sudeste. A distribuição nas demais regiões do país também é desigual principalmente em relação à região Norte que detém apenas pouco mais de 3% dos cursos de Pós-Graduação em Psicologia. Este quadro indica a necessidade de incentivar e incrementar programas de cooperação acadêmica entre as várias regiões e especialmente com a região Norte, o que pode contribuir para a reversão do desequilíbrio atual.

Tabela 1. Distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia por regiões administrativas (%).

		1996	1998	2001	2004	2007	2008
MESTRADO	Sudeste	75,0	67,8	63,1	59,1	52,7	54,1
	Nordeste	8,3	10,7	13,2	18,2	16,4	16,4
	Sul	8,3	14,3	13,2	11,4	10,9	11,5
	Centro-Oeste	4,2	3,6	7,9	9,1	16,4	14,8
	Norte	4,2	3,6	2,6	2,3	3,6	3,3
DOUTORADO	Sudeste	78,6	75,0	71,4	69,6	58,6	60
	Nordeste	---	6,25	9,5	13,0	10,3	10
	Sul	14,3	12,5	9,5	8,7	10,3	10
	Centro-Oeste	7,1	6,25	4,8	4,3	17,2	16,7
	Norte	---	---	4,8	4,3	3,5	3,3

Na Figura 2, apresenta-se a evolução do sistema de Pós-Graduação em Psicologia de acordo com a natureza das instituições de ensino.

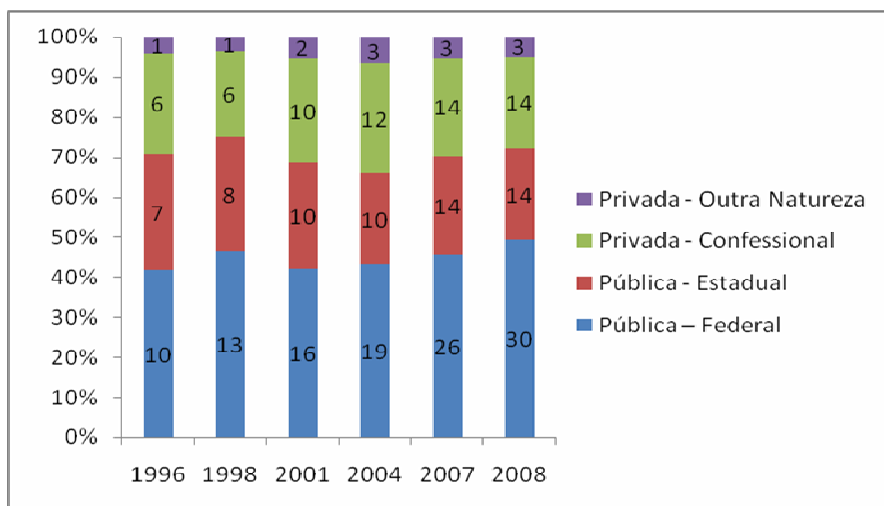


Figura 2. Distribuição dos Programas por dependência administrativa. (Os rótulos nas colunas representam o número de Programas, e sua altura a porcentagem)

Considerando-se os 12 anos em análise, observa-se que o maior crescimento do sistema aconteceu nas Universidades Públicas Federais. O número de Programas nestas instituições triplicou no período e sua participação aumentou de próximo de 40% para quase 50% dos Programas, o que representou um avanço de 10 para 30 Programas. Já o crescimento das Universidades Públicas Estaduais e das Confessionais foi semelhante e a participação das Instituições Privadas (não confessionais) é muito pequena (apenas 3 Programas).

O número de titulados é mostrado na Figura 3, a seguir. Observa-se no painel à esquerda que o número de Mestres formados em 2006 foi quase o triplo do número de Mestres formados em 1996. A evolução que se verifica mostra um crescimento sistemático no período. Já a evolução de titulados no Doutorado foi ainda maior: de 61 titulados em 1996, para 225 em 2006.

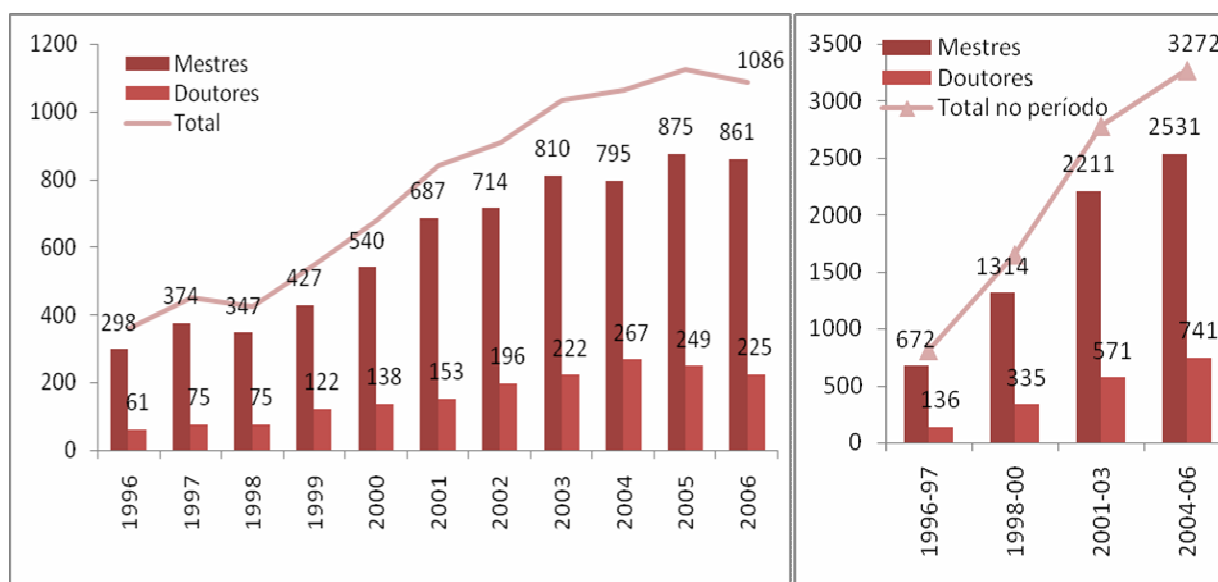


Figura 3. Número de titulados por ano (1996-2006) e por triênio.

A queda observada no número de mestres em 2004 e no número de doutores em 2005 e 2006 não foi preditiva do comportamento do triênio, como pode ser visto no painel à direita. Houve um aumento de cerca de 30% no número de Doutores titulados no triênio 2004-2006 em relação ao triênio anterior e um aumento pouco maior que 15% no número de Mestres titulados no mesmo período.

No triênio 2004-2006 foram titulados 881 Mestres e 225 Doutores em Psicologia, como está indicado na Tabela 2, adiante. Como é maior a participação das IES Públicas no sistema (pouco mais de 70% dos Programas no triênio) e de Programas na região Sudeste (54% dos Mestrados e 60% dos Doutorados) não é de surpreender que a região Sudeste e as instituições públicas tenham tido presença predominante na formação de Mestres e Doutores no triênio.

Ressalte-se que embora tenha havido, no triênio 2004-2006, Mestres formados por instituições Não-Públicas nas regiões Centro-Oeste e Sul, todos os doutores formados nestas regiões (assim como na região Norte, onde não há Programas em instituições não públicas) foram titulados em Universidades do sistema público.

Tabela 2. Número e porcentagem dos titulados no triênio 2004-2006, por região e por natureza da instituição.

	MESTRE		DOUTOR	
	Pública	Não-Pública	Pública	Não-Pública
Sudeste	310 (36)	209 (24,3)	122 (54,2)	60 (26,7)
Sul	86 (10)	27 (3,1)	10 (4,4)	4 (1,8)
Centro-Oeste	39 (4,5)	62 (7,2)	14 (6,2)	-
Nordeste	85 (9,9)	33 (3,8)	9 (4)	-
Norte	10 (1,2)	-	6 (2,7)	-
Total por nível	530 (61,5)	331 (38,5)	161 (71,5)	64 (28,5)
TOTAL		881 (100)		225 (100)

Finalmente, o exame da Tabela 3 mostra que nas IES Não Públicas são maiores os encargos de orientação dos docentes, que acabam por titular proporcionalmente mais alunos do que os docentes das IES Públicas. Esta diferença é mais marcante no Mestrado.

Tabela 3. Proporção de titulados no triênio 2004-2006, por docente permanente e natureza da instituição.

	IES Públicas	IES Não Públicas
Mestres	0,93	1,66
Doutores	0,28	0,32

2. A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A Comissão de Avaliação é composta por docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Psicologia, em número definido de acordo com orientações da Diretoria de Avaliação da CAPES. A cada triênio, a Comissão é parcialmente renovada, para possibilitar a participação de um número maior de docentes dos Programas no processo de avaliação e, ao mesmo tempo, preservar a memória da avaliação anterior.

Para a composição da Comissão de Avaliação, são convidados docentes das várias subáreas da Psicologia representadas nos Programas de Pós-Graduação e das várias regiões do país. Seguindo orientação da CAPES, os membros da Comissão são preferencialmente Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq e não ocupam cargos de gestão na área ou em Programas.

A indicação da Comissão é responsabilidade da Coordenação de Área. A decisão final e a nomeação de seus membros cabem à Diretoria de Avaliação da CAPES.

3. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

O processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação tem como objetivos:

- Fornecer ao público interessado um panorama comparativo sobre os Programas de Pós-Graduação e protegê-lo dos prejuízos decorrentes da vinculação a Programas que não conseguem atingir uma condição de funcionamento minimamente aceitável.
- Fornecer aos próprios Programas informações que apontem possíveis problemas e destaquem potencialidades, na expectativa de que tais informações possam ser úteis para seu aperfeiçoamento.
- Fornecer subsídios para decisões a respeito de fomento.

- d) Proporcionar aos órgãos responsáveis pela formulação de políticas educacionais de âmbito geral (entre eles, a própria CAPES), informações sobre o desempenho do sistema de Pós-Graduação.
- e) Fornecer informações que permitam a qualquer grupo interessado em propor a criação de um Programa aferir a viabilidade de sua pretensão.
- f) Gerar documentação para avaliações e pesquisas posteriores.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A diversidade de Programas de Pós-Graduação em Psicologia coloca desafios importantes para a complexa tarefa de avaliação. A Psicologia organiza-se em um amplo conjunto de subáreas que apresentam configurações singulares em função de referenciais teóricos e metodológicos próprios. Tais singularidades refletem-se em padrões distintos de produção científica e de organização dos processos de formação. Compatibilizar o reconhecimento de tal diversidade com procedimentos padronizados de acompanhamento e avaliação constitui um objetivo do processo de avaliação na área de Psicologia.

A avaliação da Pós-Graduação em Psicologia vem sendo sistematicamente revista e aperfeiçoada, tendo como referências mudanças mais gerais no âmbito da CAPES, a crescente maturidade da área e a forma como os resultados da avaliação foram sendo absorvidos como insumos fundamentais para o seu crescimento e consolidação. Para isto, foram importantes as interações entre as Coordenações e Comissões da Área e a comunidade da Pós-Graduação em Psicologia.

A presente avaliação norteia-se pelos seguintes princípios:

- **Transparência**

Como no trabalho realizado pelas Coordenações de Área anteriores, ao longo todo o processo de avaliação busca-se conferir visibilidade aos critérios adotados e ao seu uso na análise da situação de cada Programa em particular. Um conjunto de ações tem dado transparência aos fundamentos e aos critérios de avaliação: as reuniões com os Coordenadores de Programas, as visitas aos Programas, a elaboração e divulgação de documentos da área que levam em conta críticas e sugestões da comunidade, e a divulgação de Relatórios com detalhada descrição dos critérios utilizados no processo de avaliação. Esta orientação de transparência consolida-se na dinâmica utilizada pela Comissão de Avaliação, quando todos os membros são envolvidos na discussão e definição do conceito de cada Programa, comparando-o com os demais, o que assegura seu caráter coletivo.

- **Objetividade**

A busca por conferir objetividade ao processo de avaliação implica o desafio de definir, o mais precisamente possível, as dimensões quantitativas e qualitativas da avaliação, em itens para os quais são definidos indicadores e critérios para atribuição de conceitos. Implica, adicionalmente, a busca de evidências que assegurem, dentro de margens de erros aceitáveis, a inserção de cada Programa nas diversas escalas utilizadas que geram o conceito final do curso. Orientada pela matriz que unifica o processo de avaliação de toda a Pós-Graduação, a área de Psicologia possui autonomia para fixar critérios e mesmo incluir itens que possam permitir identificar a qualidade dos seus Programas, especificando claramente critérios e dados relevantes para cada julgamento efetuado. Este princípio concretiza-se em uma ficha de avaliação e critérios que, sem desconhecer a dimensão subjetiva de qualquer processo avaliativo, procuram circunscrever a avaliação a parâmetros que assegurem a comparabilidade dos julgamentos efetuados.

- **Observação de indicadores quantitativos e qualitativos**

A amplitude da avaliação – por lidar com processos e resultados simultaneamente - requer indicadores e critérios diversificados constituídos por dados qualitativos e quantitativos. Informações destas duas naturezas são consideradas igualmente importantes no processo de avaliação, de forma a lhe conferir maior confiabilidade. Os dados quantitativos dão acesso a importantes indicadores de desempenho do Programa, tanto em termos de formação, quanto de pesquisa e produção acadêmica. Tais dados ancoram o julgamento comparativo entre os Programas. No entanto, os elementos qualitativos que envolvem a história e as características peculiares de cada Programa são fundamentais para a contextualização dos seus indicadores. O equilíbrio entre dados qualitativos e quantitativos se expressa na Ficha de Avaliação, que discrimina os itens avaliados a partir de cada tipo de dado.

- **Reconhecimento do perfil diverso de produção nas várias subáreas da Psicologia**

A diversidade da Psicologia como área de conhecimento e atuação profissional, já indicada anteriormente, fundamenta a decisão de reconhecer o modo particular como cada subárea se estrutura e, especialmente, como tal

estruturação se traduz em diferentes perfis de produção. Na Psicologia, encontram-se Programas cuja produção é dirigida fundamentalmente para artigos em periódicos científicos, ao lado de outros em que a predominância de livros e capítulos é evidente. Esta diversidade, que é legítima considerando-se a natureza de cada subárea, reflete as interfaces que a Área apresenta com outras áreas do conhecimento. Este quadro demanda o cuidado para que, ao se utilizar parâmetros de avaliação, não sejam impostos a uma determinada subárea padrões que não lhe são pertinentes. A iniciativa de construção de um Qualis de Livros insere-se neste objetivo de avaliar qualitativamente a importante parcela da produção que não é dirigida para veículos arbitrados.

- **Reconhecimento da diversidade das condições de funcionamento de Programas em instituições públicas, confessionais e privadas.**

O sistema de Pós-Graduação em Psicologia é constituído por programas inseridos em IES públicas, privadas e confessionais, que configuram contextos claramente diferenciados de ensino e pesquisa. Apesar do predomínio do sistema público federal, suas características não podem ser tomadas como normas aplicáveis, sem os devidos cuidados, a instituições com diferentes dependências administrativas. Por outro lado, a singularidade de cada dependência administrativa não pode conduzir à construção de itens e indicadores próprios que percam de vista a totalidade do sistema e a existência de padrões de qualidade gerais e que devem ser buscados por todos os cursos.

- **Caráter comparativo da avaliação**

A avaliação dos Programas, embora busque contemplar as especificidades de cada um dos contextos em que se inserem, pauta-se por uma lógica comparativa. Existem vários critérios que devem ser obrigatoriamente atendidos pelos Programas. A maioria dos itens e critérios que configuram o conceito de cada Programa envolve a sua comparação com os demais. Assim, a avaliação envolve, em um primeiro momento, o confronto entre a proposta do Programa e os seus resultados, fazendo uma análise da coerência vertical dos mesmos. Em um segundo momento, é feita a calibragem horizontal dos Programas, tendo em vista o caráter comparativo da avaliação. A própria existência de um ranking de qualidade, variando da nota 1 à nota 7, impõe a necessidade de comparação entre os Programas de modo a inseri-los no ponto da escala ou no conceito que melhor dá conta das suas diversas características. Neste sentido, todos os Programas são afetados pela dinâmica de transformação observada para a área como um todo.

- **Uso apenas de informações prestadas diretamente pelos Programas à CAPES**

A avaliação apóia-se, sobretudo, no material informado pelos Programas no Relatório CAPES. A qualidade e completude das informações prestadas são, portanto, fundamentais para a construção dos indicadores usados na avaliação. Falhas e lacunas de informação por parte dos Programas podem impedir a apreensão de importantes dimensões da sua atuação e produtos. O processo de avaliação não leva em consideração, em nenhuma de suas etapas, informações sobre o Programa que não sejam oficialmente registradas na base de dados da CAPES. A partir deste triênio, com a implantação das Visitas de Acompanhamento, dados gerados pelo contato direto com professores, alunos e condições do Programa, consolidados nos Relatórios de Visitas, podem vir a ser incorporados no processo de avaliação, especialmente como elementos qualitativos que permitam considerar fatores não captados nos relatórios.

5. PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO

O processo de avaliação envolve atividades prévias de preparação dos dados e de indicadores que permitam conferir-lhe maior agilidade e congruência entre avaliadores.

O procedimento de avaliação envolve as seguintes etapas:

- **Construção e Atualização do Qualis de Periódicos e do Qualis de Livros**

Comissões específicas elaboram previamente o Qualis de Periódicos e o Qualis de Livros da área. No presente triênio, ambos os sistemas de avaliação e classificação da qualidade da produção bibliográfica sofreram importantes alterações em consonância com as diretrizes da CAPES. Tanto a classificação dos periódicos como a dos livros se estrutura em sete níveis hierárquicos – A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 – aos quais correspondem escores ou pesos (conforme deliberado pelo CTC-ES) a serem utilizados na ponderação da qualidade da produção dos Programas.

- **Construção das planilhas de produção bibliográfica da área**

A área da Psicologia adota o procedimento de conferir manualmente todos os lançamentos referentes à produção de artigos, livros e capítulos de livros, a fim de corrigir problemas de lançamento e eliminar duplicações e registros indevidos. A partir da base corrigida, são construídas planilhas com os indicadores de produção.

Para a geração dos indicadores de produtividade é construída a *Tabela de Melhor Produção – TMP*. A TMP apresenta os indicadores hierarquizados de cada Programa, considerando a produção de docentes e discentes, dentre os itens mais bem avaliados. O processo de construção da tabela inicia com o levantamento de toda a produção de cada Programa. Em uma segunda etapa, cada item da produção é avaliado e ponderado, multiplicando-se o item pelo escore correspondente à sua classificação, com base no Qualis de Periódicos e no Qualis de Livros. Na terceira etapa, da lista de produções do Programa, selecionam-se os itens mais bem avaliados, em número correspondente a 4 itens/docente permanente/ano. Por exemplo, para um Programa com 10 docentes permanentes, serão levados em conta, no triênio, os 120 itens mais bem avaliados (10x4x3). A média desses itens ponderados constitui o índice final alcançado pelo Programa.

A Planilha de Produção dos Programas contém os seguintes dados: (a) total de docentes efetivamente ativos no triênio; (b) teto de produção considerado, com base na TMP; (c) total de artigos; (d) total de capítulos de livro; (e) total de livros integrais; (f) total de livros organizados; (g) total de trabalhos completos em anais; (h) artigos por docente/ano; (i) capítulos de livro por docente/ano; (j) valor médio do capítulo ponderado pelo Qualis-Livros da Área; (l) % de docentes com artigos no triênio; (m) % de artigos só de discentes; (n) % de artigos internacionais; (o) % de artigos estrangeiros; (p) % de concentração em um mesmo periódico; (q) % de concentração de artigos nos 20% de docentes mais produtivos; (r) razão entre total de artigos o número de teses/dissertações concluídas; (s) artigos qualificados por docente-ano, sem consideração do teto do Programa; e (t) itens qualificados por docente/ano, considerado o teto do Programa (TMP).

- **Construção das planilhas do SIR**

O aplicativo *Sistema de Indicadores de Resultados (SIR)* gera um conjunto de indicadores de desempenho dos Programas. Os resultados gerados pelo SIR oferecem um parâmetro externo, a partir de um subconjunto de itens de avaliação, todos de natureza quantitativa, que devem ser usados no processo de avaliação como um elemento adicional, porém não decisivo na atribuição final do conceito. Além da não inclusão dos indicadores qualitativos, o aplicativo SIR não permite, por exemplo, a transposição do mecanismo utilizado pela área de considerar as melhores produções do Programa (TMP), prática que a Área continua considerando de grande importância para lidar com as demandas de qualidade e quantidade de produção.

- **Levantamento prévio de informações quantitativas dos Programas relativas aos critérios para a avaliação de alguns itens dos quesitos**

Todos os quesitos da ficha de avaliação, com seus itens e critérios, compõem uma planilha preliminar na qual são colocados os indicadores do Programa. Essa planilha é preenchida pela área, com os dados das planilhas produzidas pela CAPES a partir dos Relatórios dos Programas. Para cada Programa é construída uma ficha, que é disponibilizada aos avaliadores com o objetivo de facilitar o processo de avaliação. Alguns indicadores são construídos a partir de informações prestadas pelos Programas no caderno de Proposta do Programa, do aplicativo Coleta, seguindo orientação da Coordenação de Área.

- **Reunião de Avaliação**

Em uma etapa prévia à reunião da Comissão de Avaliação, cada avaliador receberá as instruções para a avaliação, o modelo da ficha de avaliação a ser preenchida e os relatórios gerados pela CAPES. Será recomendada a leitura de todos os documentos antes da reunião presencial.

A reunião de avaliação incluirá as seguintes etapas: a) apresentação da dinâmica do processo de avaliação, incluindo manejo das diversas planilhas e cronograma de trabalho; b) leitura dos demais cadernos dos Programas e preenchimento preliminar das Fichas de Avaliação por duplas alternadas de avaliadores; c) discussão coletiva de cada Programa com atribuição de nota e indicação dos Programas candidatos às notas 6 e 7; d) revisão das Fichas de Avaliação por avaliadores diferentes daqueles que fizeram o preenchimento preliminar das mesmas; e) discussão coletiva dos Programas indicados para os conceitos 6 e 7; f) discussão coletiva dos conjuntos de Programas indicados para cada nota e destaque dos Programas que devem ser rediscutidos; g) discussão coletiva de Programas destacados para nova apreciação.

Adotar-se-á também o procedimento de solicitar que os membros da Comissão de Avaliação se ausentem da reunião no momento em que os Programas de sua instituição estiverem sendo discutidos (procedimento que incluirá também o Coordenador de Área e o Coordenador Adjunto de Área) para a atribuição inicial de nota. Nos momentos posteriores em que forem analisados os quadros de distribuição dos Programas nos diversos conceitos para a calibragem da Avaliação, será solicitado que os membros da Comissão não se manifestem com relação aos Programas da instituição de vínculo.

- **Redação de Relatório da Avaliação**

Após a reunião de avaliação, a Coordenação de Área elaborará relatório circunstanciado do processo de avaliação, seguindo as diretrizes fixadas pela CAPES. Esse Relatório acompanhará as Fichas de Avaliação encaminhadas pela área ao Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior (CTC-ES) e será disponibilizado aos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia após a deliberação final do CTC-ES.

6. DOCUMENTOS QUE FUNDAMENTARÃO O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

No processo de avaliação, a Comissão utiliza um conjunto de documentos que orientam suas decisões, conforme parâmetros de avaliação definidos pela Área e pela CAPES. Todos os documentos baseiam-se nas informações prestadas pelos Programas. São eles:

- a) Relatórios dos Programas, preenchidos através do aplicativo Coleta (que é o mesmo utilizado para todas as áreas). A CAPES processa os dados dos Relatórios dos Programas e gera relatórios específicos. Estes incluem informações consolidadas sobre o desempenho do Programa nos vários quesitos de avaliação e informações comparativas entre os Programas. Além destes relatórios comuns a todas as áreas, a Comissão solicita relatórios específicos que julga necessários para o processo de Avaliação;
- b) Relatórios de visitas aos Programas. As visitas da Comissão aos Programas ao longo do triênio dão origem a relatórios que são anexados à documentação do Programa e que também são considerados na Avaliação;
- c) Planilhas do SIR (Sistema de Indicadores de Resultados): por orientação da CAPES, as planilhas geradas pelo SIR deverão também compor a documentação examinada no processo de avaliação deste triênio;
- d) Planilhas construídas pela área. A área de Psicologia utiliza um conjunto de planilhas, especialmente sobre produção bibliográfica, aferindo vários indicadores de produção. Essas planilhas serão construídas após verificação das informações do COLETA (para corrigir eventuais erros de preenchimento ou processamento, como duplicação de itens de produção) e constituem a base de análise para gerar os parâmetros da área no julgamento da produção bibliográfica dos Programas.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A Ficha de Avaliação a ser usada na Avaliação Trienal de 2010 preserva a mesma estrutura de quesitos da Ficha de Avaliação do triênio anterior, porém com mudanças definidas pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior, em julho de 2008. As mudanças dizem respeito (a) à ponderação dos quesitos; (b) à definição dos itens que compõem cada quesito; e (c) às exigências para geração da nota final do Programa. Com respeito aos itens no interior de cada quesito, as mudanças incluem reformulações e consolidação de itens existentes na versão anterior da Ficha, reduzindo seu número.

Os cinco Quesitos da Ficha são os seguintes: I – Proposta do Programa; II - Corpo Docente; III – Corpo Discente, Teses e Dissertações; IV – Produção Intelectual; e V – Inserção Social.

A partir da estrutura definida pelo CTC-ES, a área de Psicologia incluiu alguns itens na Ficha, nos Quesitos II (Corpo Docente) e IV (Produção Intelectual). Os itens incluídos visam preservar a apreciação de aspectos considerados relevantes pela área desde o triênio anterior.

A revisão da Ficha de Avaliação pelo CTC-ES incluiu definições acerca do peso de cada quesito na avaliação dos Programas. Essas definições alteram alguns pesos e permitem que cada área, dentro de certos limites, defina o peso de alguns Quesitos. As decisões da área de Psicologia nesse cenário foram as seguintes:

- a) o CTC-ES estabeleceu que a soma dos pesos dos Quesitos III e IV deve ser igual a 70, podendo ser distribuída igualmente (35/35) ou com maior peso para o Quesito IV (30/40). A área de Psicologia decidiu atribuir peso 35 para o Quesito III (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e peso 35 para o Quesito IV (Produção Intelectual).
- b) o CTC-ES estabeleceu que o Quesito I terá peso 0 e que a soma dos pesos dos Quesitos II e V será igual a 30, podendo ser distribuída igualmente (15/15) ou com maior peso para o Quesito II (20/10). A área de Psicologia decidiu atribuir peso 15 ao item II (Corpo Docente) e peso 15 ao Quesito V (Inserção Social). A mudança em relação ao triênio

anterior justifica-se pelo fato de a Pós-Graduação na Área de Psicologia vincular-se com freqüência a iniciativas que caracterizam inserção social e ter a expectativa de avançar na aferição dessa dimensão.

A partir dessas decisões, a ponderação final dos Quesitos da Ficha de Avaliação na área de Psicologia será a seguinte:

I – Proposta do Programa (peso 0)
II - Corpo Docente (peso 15)
III – Corpo Discente, Teses e Dissertações (peso 35)
IV – Produção Intelectual (peso 35)
V – Inserção Social (peso 15)

Para cada quesito, é gerado um conceito: “Muito Bom”, “Bom”, “Regular”, “Fraco” ou “Deficiente”. A geração do conceito é automática a partir dos conceitos atribuídos aos itens que o compõem.

Apresentam-se, a seguir, uma descrição de cada quesito, os itens que o compõem, com seus respectivos pesos, e os aspectos que serão observados na avaliação de cada item, também com a indicação do peso de cada um na avaliação do item.

A geração da nota final do Programa respeitará, além dos conceitos finais gerados pela avaliação, os seguintes limites ou travas estabelecidos pelo CTC-ES:

- a) Não poderá receber nota superior a 3 o Programa que alcançar o conceito “Deficiente” ou “Fraco” no quesito I (Proposta do Programa).
- b) Para obter a nota 5, o Programa deverá obter conceito “Muito Bom” em pelo menos quatro quesitos, entre os quais, necessariamente, os quesitos III (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e IV (Produção Intelectual).
- c) Para ser candidato à nota 6 ou 7, o Programa deverá obter conceito “Muito Bom” em pelo menos quatro quesitos, entre os quais, necessariamente, os quesitos II (Corpo Docente), III (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e IV (Produção Intelectual). Além disso, precisará ser pelo menos “Bom” o conceito do único quesito em que o Programa não alcançou “Muito Bom”.
- d) O menor valor dentre os conceitos alcançados para os quesitos III (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e IV (Produção Intelectual) define o limite máximo da nota final do Programa, observadas as exceções previstas na regulamentação.

Quanto aos indicadores que serão observados no julgamento de cada item de cada Quesito, este documento apresenta já o peso a ser atribuído a cada um na geração do conceito final do item.

Como mencionado antes, uma vez que a Ficha e os critérios foram revistos, poderá ser necessário efetuar ajustes nos critérios e pesos aqui descritos. É indispensável primeiro testá-los com os dados concretos de desempenho dos Programas da área. A expectativa da área de Psicologia é avaliar a adequação e suficiência dos critérios e pesos ao longo das Avaliações de Acompanhamento 2008 e 2009 (anos base 2007 e 2008) e promover um eventual ajuste antes da Avaliação Trienal de 2009.

Com a revisão da Ficha e dos critérios, a Comissão de Avaliação precisará ter acesso a informações para as quais não há campos próprios no formulário de Relatório do aplicativo Coleta. A Coordenação de Área encaminhará aos Programas orientações a esse respeito, para que insiram as informações necessárias na seção de “Proposta do Programa” daquele formulário.

Os critérios para a atribuição das notas 6 e 7 serão definidos e incorporados por ocasião da atualização deste documento para a Avaliação Trienal de 2010.

I – Proposta do Programa (peso 0).

Este quesito não tem peso, isto é, ele não repercutirá na geração da nota do Programa pelo sistema de computação da CAPES. Apesar disso, ele constitui uma importante informação sobre os Programas, no que concerne à sua configuração atual e suficiência de suas atividades de gestão e de formação.

A avaliação deste Quesito, embora não entre na geração da nota, pode funcionar como trava para a definição da nota final do Programa. Programas que tenham o conceito final “Fraco” ou “Deficiente” neste quesito não poderão ter nota superior a 3.

Embora o quesito não tenha peso com impacto na nota, os itens que o compõem têm um peso que repercute no conceito do quesito (Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Deficiente), o qual pode funcionar como trava para o conceito final do Programa.

Os itens que compõem o Quesito I e seus respectivos pesos são os seguintes:

Item	Peso
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	60
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30
1.3 - Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	10

O **item 1.1.** pretende avaliar a coerência e consistência do conjunto de atividades de pesquisa e de formação desenvolvidas no âmbito do Programa, em sua articulação com as áreas de concentração e linhas de pesquisa definidas.

Serão observados os seguintes aspectos na avaliação do item 1:

- Articulação áreas de concentração, linhas de pesquisa e atividades de pesquisa e de formação.
- Formulação dos objetivos do Programa.
- Projetos de pesquisa em andamento: qualidade da descrição, participação de docentes e discentes (graduação e pós-graduação), colaboração interna e externa na execução, aprovação e financiamento externos.
- Clareza da descrição e suficiência dos componentes curriculares face à(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa do Programa. Diversidade das atividades de formação (disciplinas, estágios em pesquisa, estágio docente, seminários, publicações e outras atividades que podem ser criadas).
- Clareza das ementas e atualização e suficiência das bibliografias das disciplinas.

O **item 1.2.** focaliza as atividades de planejamento e gestão do Programa.

Serão observados os seguintes aspectos na avaliação do item 2:

- Iniciativas de planejamento do desenvolvimento do Programa.
- Formulação das perspectivas do Programa.
- Medidas dirigidas à qualificação e internacionalização do Programa.

- Iniciativas para fazer avançar a formação oferecida aos alunos (como políticas para a realização de estágio sanduíche, seminários internos com participação de membros externos etc.).

O item 1.3. refere-se à infra-estrutura física e de equipamentos para as atividades de pesquisa e formação.

Serão observados os seguintes aspectos na avaliação do item 3:

- Infra-estrutura física, equipamentos e pessoal de apoio para as atividades de pesquisa e formação.
- Suficiência da infra-estrutura face às linhas de pesquisa do Programa.

A avaliação de todos os itens que compõem o quesito I será qualitativa.

Aspectos adicionais a serem observados na avaliação do quesito:

- Não há, na área de Psicologia, uma recomendação quanto à proporção entre linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e áreas de concentração. O importante é observar se as atividades descritas são coerentes com os objetivos declarados do Programa e se esses são consistentes e compatíveis com a sua subárea de inserção.
- Os Programas da área serão solicitados a apresentar sua estrutura curricular em todos os Relatórios. Ao avaliar essa estrutura, serão consideradas as novas atividades de formação que estão sendo propostas (preparação de artigos, organização de eventos, estágio docente, co-orientação etc.) e sua coerência com o perfil da formação pretendida.
- O elenco de disciplinas, suas ementas e bibliografias devem ser suficientes para sustentar as linhas de pesquisa do Programa.
- No item infra-estrutura, serão avaliadas as alternativas de acesso a periódicos por instituições que não possuem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES.
- Serão valorizadas iniciativas de auto-avaliação e planejamento no Programa, envolvendo diagnóstico, correção de problemas e/ou formulação de soluções originais para o seu desenvolvimento futuro.

II - Corpo Docente (peso 15%).

O quesito Corpo Docente aborda o perfil de qualificação do corpo docente, sua compatibilidade com a Proposta do Programa, as diferentes atividades desenvolvidas no próprio Programa e em curso de graduação, a maturidade do corpo docente e sua inserção acadêmica.

O quesito é composto por cinco itens, um deles (2.5.) introduzido pela área de Psicologia. Os itens e pesos correspondentes são os seguintes:

Item	Peso
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	10
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino	10

e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	
2.5. Maturidade, inserção acadêmica e liderança do corpo docente.	20

O **item 2.1.** focaliza a formação do corpo docente, não apenas a titulação de Doutorado (requerida de todos os docentes), mas também estágios de pós-doutoramento, intercâmbios com instituições e pesquisadores nacionais e estrangeiros e outras iniciativas do gênero. A diversificação da formação do corpo docente é recomendável, devendo ser julgada de acordo com as especificidades da subárea de inserção do Programa. O item também aborda a adequação da formação e atividade de pesquisa, dimensão e suficiência do corpo docente permanente para a sustentação das atividades de formação do Programa, considerando suas linhas de pesquisa. Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Doutores formados fora da instituição/total de docentes permanentes (relativizar o caso de cursos mais antigos e que foram centros formadores na subárea do curso).	<i>Qualitativo</i> MB B R	10
Participação em atividades de aprimoramento e qualificação do corpo docente ao longo de sua trajetória: % do corpo docente permanente com livre-docência ou que realizaram concurso para Titular envolvendo defesa de tese, visitas de intercâmbio, ou pós-doutorado júnior ou sênior.	>= 50 = MB 40-49 = B 30-39 = R <30 = F	25
Compatibilidade do corpo docente com critérios definidos de credenciamento e descredenciamento do Programa.	Sim = MB Não = D	30
Compatibilidade da formação dos docentes permanentes e não permanentes (colaboradores) com a proposta do Programa. Verificar o papel dos colaboradores que integram o curso e a sua relação com o corpo docente permanente.	<i>Qualitativo</i> MB B R	35

O **item 2.2.** aborda a adequação da formação e das atividades do corpo docente à proposta do Programa e o esforço de orientação. Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Compatibilidade da atuação dos docentes permanentes com as áreas de concentração, linhas e projetos de pesquisa do Programa.	<i>Qualitativo</i> MB B R	30
Todos os docentes permanentes coordenaram projetos de pesquisa e orientaram na pós-graduação, ao longo do triênio.	Sim = MB Não = D	25
Pelo menos 70% dos docentes permanentes lecionaram disciplina(s) ao longo do triênio.	Sim = MB Não = D	20
Discentes/ docente permanente.	média de 4 a 8 = MB média entre 3,0-3,9 ou	25

	8,1-10 = B médias entre 2,0-2,9 ou 10,1-12 = R abaixo de 2 ou acima de 12 = F	
--	---	--

O **item 2.3.** avalia a distribuição dos encargos acadêmicos entre os docentes permanentes. Espera-se algum equilíbrio nessa distribuição, ainda que devam ser ponderadas as situações de docentes que acumulam outras funções relevantes no Programa (por exemplo, coordenação) e fora dele (por exemplo, editoração de periódicos, funções de representação etc.). O critério para a avaliação deste item é o seguinte:

Aspecto	Critério	Peso
Equilíbrio da distribuição dos encargos do Programa entre os docentes do corpo permanente.	Qualitativo MB B R	100

O **item 2.4.** diz respeito à participação do corpo docente no ensino de graduação, com ênfase para a oferta de disciplinas e a orientação de bolsistas de Iniciação Científica que integrem seus grupos de pesquisa. Essa inserção deve representar um impacto do Programa na qualificação do curso de graduação na IES, mas não uma sobrecarga de atribuições que possa comprometer a atuação no Programa. Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Docentes permanentes que lecionam na graduação/total de docentes permanentes do Programa.	$\geq 80 = MB$ 65-79 = B 50-64 = R < 50 = F	30
Docentes permanentes que orientam na graduação/total de docentes permanentes do Programa.	> 50 = MB 41-50 = B 31-40 = R < 30 = F	30
Atuação do conjunto do corpo docente na graduação (avaliado positivamente quando a atuação existe de forma efetiva e compatível com os encargos na pós-graduação; os dois extremos – ausência de vínculo com a graduação e excesso de encargos na graduação - são avaliados negativamente).	Qualitativo MB B R F	40

	D	
--	---	--

No **item 2.5.**, o objetivo é avaliar indicadores da maturidade científica do corpo docente permanente, tendo como referência a participação de seus membros em instâncias de gestão na comunidade científica (em agências, sociedades científicas, periódicos etc.), impacto diferenciado de sua produção intelectual, acolhimento de pós-doutorandos e liderança na subárea de inserção do Programa. Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Porcentagem de projetos com financiamento externo para sua execução (auxílios financeiros de entidades públicas e privadas), ou aprovados quanto ao mérito por agências de fomento.	>= 30 = MB 10-29 = B < 10 = F	25
Porcentagem de projetos desenvolvidos no contexto de colaboração com docentes de outras instituições, regiões e países.	>= 20 = MB 10-19 = B < 10 = F	10
Número de docentes que recebem bolsas de produtividade científica ou outros incentivos de agências nacionais ou estaduais; acolhimento de pós-doutorandos.	Qualitativo MB B F	25
Participação de membros do corpo docente em comissões nacionais de avaliação; diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; diretorias, comitês, comissões ou consultorias <i>ad hoc</i> em agências de fomento de âmbito nacional ou estadual; comissões científicas de eventos de caráter internacional, nacional ou estadual; conselhos/comissões editoriais, ou consultoria <i>ad hoc</i> a publicações científicas; história de produção e orientação; tempo de titulação.	Qualitativo MB B F	40

Aspectos adicionais a serem observados na avaliação do quesito:

- Todos os docentes permanentes devem ser portadores do título de Doutor.
- Com base na Portaria 068/2004 da CAPES, a área de Psicologia admite que um máximo de 30% dos docentes permanentes pode ter vínculo em “caráter excepcional” com a instituição do Programa (bolsistas de fixação, aposentados ou cedidos). Pelo menos 70% do corpo docente permanente deve ter vínculo de dedicação exclusiva à instituição do Programa. Por fim, no máximo 20% do corpo docente permanente pode atuar em mais de um Programa (quando um dos Programas de atuação dos docentes for multidisciplinar, em colaboração, ou em rede, será admitida variação nesse percentual).
- Para a área de Psicologia, docentes colaboradores são docentes que não podem ser permanentes por força do vínculo que mantêm com a instituição ou com o Programa, mas cujo perfil de produtividade é pelo menos compatível com os padrões mínimos da área, de modo que sua participação agrega qualidade ao Programa. Não é aceitável que um Programa mantenha como colaboradores docentes sem produção, com o único fim de não impactar negativamente a avaliação do corpo docente permanente.

- Não é recomendável que o Programa dependa de docentes colaboradores para as atividades principais de formação (orientação, disciplinas e outras atividades obrigatórias etc.). A área de Psicologia não especificou uma proporção máxima de docentes colaboradores em relação a docentes permanentes, mas espera-se que o Programa esteja sustentado predominantemente nas atividades desenvolvidas por docentes permanentes e que as contribuições de colaboradores sejam mais pontuais.
- Diferenciar colaboradores que agregam qualidade, daqueles que estão entrando ou saindo do Programa (recomenda-se apenas cuidado para verificar o tipo de participação; observar que essa segunda modalidade é aceitável e não desqualifica o Programa).
- A distribuição dos docentes por áreas de concentração e por linhas de pesquisa deve levar em conta as especificidades da subárea do Programa.
- A distribuição das atividades de formação entre os membros do corpo docente permanente pode variar bastante em um ano. O importante é que exista algum equilíbrio ao longo de cada triênio de avaliação.
- As disciplinas obrigatórias devem ser ministradas preferencialmente por docentes permanentes (apenas excepcionalmente é admissível que sejam ministradas por colaboradores, desde que adequadamente justificado). Será verificado o percentual de disciplinas ministradas por colaboradores.
- Iniciativas de renovação do corpo docente (incorporação de novos doutores) e intercâmbio (estágios de pós-doutoramento) devem ser encorajadas e avaliadas positivamente. Nesses casos, será observado como o Programa enfrenta essas situações, de modo a não comprometer a qualidade da formação oferecida. Por outro lado, é importante não penalizar o Programa que promove a renovação e o intercâmbio quando há indicadores de que isso é feito com atenção ao andamento das atividades regulares de formação com qualidade.
- No caso da inserção do corpo docente no ensino de graduação, serão consideradas alternativas buscadas por instituições ou Programas cujos docentes não mantêm atividades regulares de ensino na graduação.

III – Corpo Discente, Teses e Dissertações (peso 35%).

O quesito Corpo Discente, Teses e Dissertações aprecia o perfil e a produtividade do corpo discente, incluindo a quantidade, qualidade e distribuição de orientação dos trabalhos concluídos e o tempo médio de titulação.

O número de orientações, em uma situação desejável, deve variar entre quatro e oito orientandos (considerando mestrandos e doutorandos) por docente permanente, uma média que oscila para menor nas instituições públicas e para maior nas instituições privadas. É esperado que todos os discentes iniciem o curso com orientação.

A produção do corpo discente é avaliada principalmente com base em dois itens: os trabalhos de conclusão (teses e dissertações) e as publicações. Os trabalhos de conclusão são apreciados considerando-se o tempo de titulação e a proporção em relação às dimensões do corpo docente permanente e do corpo discente. Com respeito ao tempo de titulação, a área de Psicologia entende que o ideal é uma média de até 30 meses para o mestrado e de até 48 meses para o Doutorado.

A proporção ideal do número de conclusões em relação ao corpo docente permanente e ao corpo discente deve ser aquela compatível com a quantidade esperada de orientações por docente (quatro a oito orientandos) e um fluxo regular de formação dentro dos prazos considerados ideais.

As publicações serão avaliadas levando-se em conta a proporção de discentes autores e a qualidade da produção.

Os itens que compõem o quesito são os seguintes:

Item	Peso
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação ao corpo docente	30

permanente e à dimensão do corpo docente.	
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	10
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de docentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	30
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	30

O **item 3.1.** avalia o número de conclusões (Teses e Dissertações) tendo como referência a atuação do corpo docente permanente. Espera-se que docentes permanentes sejam responsáveis pela maioria das orientações e dos trabalhos concluídos. A proporção de titulados sob orientação de docentes permanentes deve ser igual ou superior à proporção de docentes permanentes no corpo docente total do Programa. Com respeito à relação titulados sob orientação de docentes permanentes/corpo docente, é importante observar se representa um fluxo adequado de orientações do corpo docente permanente. Casos especiais de docentes em processo de incorporação ao Programa, ou de docentes em processo de aposentadoria, assim como o conjunto do corpo docente em cursos que são novos devem ser ponderados na aferição do item.

A avaliação do item leva em conta o número de defesas por docente/ano ao longo do triênio. Para efeito de pontuação das defesas nos níveis de Mestrado e Doutorado, cada Dissertação será multiplicada pelo peso 1 e cada Tese será multiplicada pelo peso 2. O critério de pontuação toma como referência intervalos, considerada aquela ponderação. O critério leva em conta que números mais distantes do intervalo considerado Muito Bom, tanto para menor quanto para maior justificam a atribuição de um conceito inferior. O critério para a avaliação deste item é o seguinte:

Aspecto	Critério	Peso
Número de defesas / docente permanente / ano	MB = 2-4 B = 1,5-2 ou 4-5 R = 1-1,5 ou 5-6 F = 0,5-1 ou 6-7 D = < 0,5 ou >7	100

O **item 3.2.** avaliará a distribuição dos encargos de orientação entre os membros do corpo docente. Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Número de orientandos do corpo docente permanente/total de orientandos.	MB ≥ 80% B = 70 – 79% R = 50 – 69% F = < 50%	35

Número de orientadores com 4 a 8 orientandos/total de orientadores permanentes	MB>=80%	65
	B= 70 – 79%	
	R= 50 – 69%	
	F= < 50%	

O **item 3.3.** focaliza a qualidade dos trabalhos de conclusão, com base na produção bibliográfica com participação do corpo discente e na participação de membros externos nas Bancas Examinadoras. Quanto à produção bibliográfica, o item será avaliado com base nas publicações relatadas pelo Programa com a participação na autoria de discentes (graduação e pós-graduação, inclusive egressos). Para efeito de pontuação, será considerado o número de publicações (artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos completos em anais), ponderado pela qualidade. A definição do valor de cada produção será baseada na hierarquia do Qualis de Periódicos. Cada item de produção com participação discente será avaliado e ponderado com base nos valores do Qualis de Periódicos, Qualis de Livros e pontuação definida para os trabalhos completos em anais.

No que diz respeito à participação de membros externos em Bancas Examinadoras, a área de Psicologia está propondo uma mudança em relação ao critério adotado no triênio passado (membros externos *ao Programa*), passando a observar a participação de membros externos *à instituição do Programa*. Por essa razão, este critério será observado apenas com respeito às defesas realizadas a partir de 2009.

Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Itens qualificados de produção bibliográfica por discente.	A definir, considerando o processo de redefinição do sistema Qualis e do funcionamento do SIR.	80
90% ou mais das Bancas Examinadoras de Teses e Dissertações têm a participação de doutores externos à instituição (Mestrado, pelo menos, 1; Doutorado, pelo menos 2).	MB = Sim D = Não	20

O **item 3.4.** avalia o tempo médio de titulação e o número de conclusões dentro dos prazos considerados ideais por alunos que são bolsistas. Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão diferentes para Programas que oferecem apenas Mestrado e Programas que oferecem o Mestrado e o Doutorado, conforme especificado abaixo:

Aspecto – Programas só com Mestrado	Critério	Peso
Tempo médio de titulação de Mestrado.	MB- menor ou igual a 30 B- entre 31 e 33 R - entre 34 e 36 F – entre 37 e 40 D > 48	80
Bolsistas de Mestrado que defendem em até 30 meses / total de bolsistas.	MB- 90 B- 65-89 R- 30-64 F- <30	20

Aspecto – Programas com Mestrado e Doutorado	Critério	Peso
Tempo médio de titulação de Mestrado.	MB- menor ou igual a 30 B- entre 31 e 33 R - entre 34 e 36 F – entre 37 e 40 D > 48	40
Tempo médio de titulação de Doutorado.	MB- menor ou igual a 48 B- entre 49 e 53 R- entre 54 e 59 F- entre 60 e 65 D > 65	40
Bolsistas de Mestrado que defendem em até 30 meses e de doutorado que defendem em até 48 meses/ total de bolsistas.	MB- 90 B- 65-89 R- 30-64 F- <30	20

Aspectos adicionais a serem observados na avaliação do quesito:

- A proporção de conclusões em relação às dimensões do corpo docente permanente pode variar como função de muitos fatores, que merecem ser ponderados. Em particular, alguns Programas definem que um recém-doutor, ao ser incorporado ao corpo docente permanente, deve orientar apenas uma ou duas Dissertações. Essa medida representa um cuidado com a renovação do corpo docente e com a qualidade da formação oferecida, portanto não será considerada negativa pela área.
- Dependendo da subárea, o tempo médio de titulação tende a superar as médias definidas pela área (30 meses para mestrado, 48 meses para doutorado). Oscilações desse tipo devem ser justificadas pelo Programa e serão apreciadas pela Comissão de Avaliação.
- Alguns Programas consideram que os trabalhos de conclusão devem ser publicados sem a co-autoria do orientador. Nesses casos, a proporção de co-autorias docente-discente tende a ser menor. Esse aspecto será ponderado pela Comissão de Avaliação na apreciação do Programa.
- Na avaliação da proporção de trabalhos de conclusão publicados, a área levará em conta o problema do tempo de tramitação dos artigos nas revistas e considerará que as publicações relatadas em um ano raramente são de trabalhos concluídos no mesmo ano, o que impacta os indicadores de Programas com poucos anos de funcionamento.
- Na apreciação da participação de membros externos em Bancas Examinadoras, a área considerará inadequada a repetição sistemática desses membros. Não é recomendável que trabalhos de um grupo de pesquisa do Programa sejam sempre avaliados pelos mesmos examinadores externos.

IV – Produção Intelectual (peso 35%).

O quesito Produção Intelectual focaliza a quantidade, a qualidade e a distribuição da produção intelectual do Programa. Espera-se uma consistência entre o desempenho do Programa nos quesitos anteriores e neste quesito. Isto é, se há eficiência e qualidade nas atividades desenvolvidas por docentes e discentes do Programa, o esperado é que se reflitam nos indicadores de Produção Intelectual. Por essa razão, a área considera que muito frequentemente o desempenho do Programa neste quesito constitui uma importante medida da qualidade das atividades de pesquisa, formação e gestão.

Como nos demais quesitos, a avaliação da produção intelectual é comparativa, tendo como referência os indicadores de desempenho da área de Psicologia como um todo (itens de produção por docente permanente, itens de produção qualificada por docente permanente, percentual de publicações em periódicos internacionais etc.), assim como variações peculiares de algumas subáreas (há subáreas com maior proporção de publicações sob a forma de livros e capítulos, há subáreas com maior concentração da produção em periódicos internacionais etc.). Em adição aos dados gerados pela CAPES, a área de Psicologia trabalhará com indicadores produzidos a partir de um tratamento das informações prestadas pelos Programas, realizado pela própria área, com base nos critérios já referidos. As planilhas produzidas pela própria área, fundamentadas em uma base de dados mais precisa, especificam indicadores diversos da produção dos Programas, incluindo um indicador gerado pelo que a área denomina *Tabela de Melhor Produção - TMP*.

Como já foi indicado, a TMP apresenta os indicadores hierarquizados de cada Programa, considerando a produção de docentes e discentes, dentre os itens mais bem avaliados. O processo de construção da tabela inicia com o levantamento de toda a produção de cada Programa. Em uma segunda etapa, essa produção é avaliada e ponderada, multiplicando-se cada item pelo valor correspondente das tabelas para avaliação de artigos e de livros, capítulos e trabalhos completos em anais. Na terceira etapa, da lista de produções do Programa, selecionam-se os itens mais bem avaliados, em número correspondente a 4 itens/docente/ano. Por exemplo, para um Programa com 10 docentes, serão levados em conta, no triênio, os 120 itens mais bem avaliados (10x4x3). A média desses itens ponderados constitui o índice final alcançado pelo Programa. Os seguintes critérios são observados na construção da TMP: a) O número de docentes permanentes define o número de itens a serem considerados para a composição do indicador do Programa, mas esses itens incluem publicações de docentes e discentes. Ou seja, não se está estabelecendo que a produção esperada de cada docente permanente é de 4 itens por ano (ela provavelmente variará bastante de um Programa para outro e, no mesmo Programa, entre os docentes), mas espera-se que o Programa como um todo (docentes e discentes) publique (no mínimo, para candidatar-se aos melhores escores de produção da área – o que vai depender também da qualidade dos itens) o correspondente à média de 4 itens por docente/ano; b) Na composição da primeira lista de produção do Programa serão computados todos os artigos, livros, capítulos e trabalhos completos em anais. Essa lista será, então hierarquizada com base na ponderação qualitativa dos itens. Para a lista final não há um limite para qualquer categoria de publicação. Isto é, comporão a TMP do Programa os itens mais bem avaliados, independentemente do tipo de publicação e da autoria; c) A ponderação das publicações sob a forma de livros e capítulos segue o estabelecido para o Qualis Livros. Com a construção da TMP, a quantidade de itens publicados terá impacto na classificação dos Programas dentro de um limite e dependendo da qualidade da produção. A partir desse limite, importará a qualidade da produção. A melhor avaliação do Programa dependerá, assim, mais da qualidade de sua produção do que da quantidade, exigindo-se, ao mesmo tempo, uma produção mínima em termos quantitativos.

O quesito é composto por cinco itens, um deles (4.5.) introduzido pela área de Psicologia. Os itens e pesos correspondentes são os seguintes:

Item	Peso
4.1 - Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50
4.2 - Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30
4.3 – Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10
4.4 – Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	0
4.5. Co-autorias docente-docente e docente-discente.	10

O item **4.1.** avalia a produção bibliográfica do Programa, ponderada pela qualidade dos veículos. Variações do perfil da produção de cada subárea serão consideradas, conforme apontado acima. A avaliação do item lançará mão dos dados gerados pela CAPES e de três indicadores: a média de produção qualificada em periódicos, a média de produção qualificada na TMP e a concentração em uma mesma revista.

As planilhas construídas pela área de Psicologia permitirão avaliar os aspectos deste item. O desempenho de um Programa será avaliado, considerando-se as médias da área e sua localização na planilha que hierarquiza os Programas com base nos aspectos correspondentes. A avaliação desses aspectos será qualitativa.

Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Itens qualificados por docente permanente / ano	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	20
Média ponderada da produção qualificada em periódicos / docente permanente / ano.	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	20
Média ponderada da produção qualificada em todos os tipos de produção (artigos, livros, capítulos e trabalhos completos anais) / docente permanente / ano (baseada na TMP)	<i>Qualitativo</i> MB B R F	50
Produção não centralizada em veículos da própria instituição.	<i>Qualitativo</i> MB B R F	10

4.2 - Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.

O item **4.2.** refere-se à distribuição da produção qualificada entre os membros do corpo docente permanente. Embora seja aceitável certa variação na distribuição da produção, uma concentração de parte expressiva da produção em poucos docentes representa um desequilíbrio.

O primeiro aspecto deste item avaliará o percentual de docentes que alcança um piso de produção definido pela área. O outro aspecto a ser considerado na avaliação do item é a concentração da produção nos 20% dos docentes mais produtivos. A avaliação terá como base as planilhas produzidas pela área e observará a concentração da produção que compõe a TMP do Programa.

Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Porcentagem de docentes com produção igual ou acima do piso definido pela área (publicações / docente / ano).	MB = > 90% B = 80-89% R = 70-79% F = <70%	70
Concentração da produção em 20% dos docentes (calcular o percentual da produção total do programa concentrada nos 20% dos docentes mais produtivos, considerando a tabela TMP).	MB = até 30% B = 31-35% R = 36-40% F = > 40%	30

O **item 4.3.** avalia produções não bibliográficas, que constituam indicadores indiretos da qualidade das atividades de pesquisa e formação no Programa, com destaque para a editoração de periódicos científicos bem avaliados e a organização de eventos científicos relevantes na área.

O critério para a avaliação deste item será o seguinte:

Aspecto	Critério	Peso
Produção técnica de docentes e discentes. Consideram-se os itens serviços técnicos, desenvolvimento de softwares, organização de eventos (pelo menos de porte regional), publicação de periódicos bem avaliados, patentes, produção de recursos didáticos, manutenção de sites acadêmicos e programas de rádio e TV).	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	100

O **item 4.4.** não será avaliado pela área de Psicologia.

O **item 4.5.** avalia as co-autorias entre docentes e entre docentes e discentes, uma vez que essas parcerias podem ser indicativas da formação de redes internas de colaboração na pesquisa e constituir evidência de que as linhas de pesquisa definidas na proposta existem concretamente enquanto reunião de esforços de vários participantes do Programa. A avaliação do item será qualitativa e precisará levar em conta as características da subárea do Programa.

Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Co-autorias docente-docente.	<i>Qualitativo</i> MB B R F	60

	D	
Co-autorias docente-discente.	Qualitativo MB B R F D	40

Aspectos adicionais a serem observados na avaliação do quesito:

- A avaliação do quesito toma como referência o desempenho do corpo docente permanente, por considerar-se que estes são os docentes responsáveis pela sustentação das atividades regulares e da qualidade do Programa. A produção dos docentes colaboradores deve ser semelhante ou melhor do que aquela dos docentes permanentes, pois sua participação no Programa deve ocorrer para agregar qualidade. Um Programa que mantenha docentes colaboradores com uma produção inferior àquela dos docentes permanentes deve informar a justificativa para a medida.
- Na apreciação da distribuição da produção pelos membros do corpo docente permanente, será observado se há docentes recém-doutores, que estão iniciando sua atuação no Programa. Para esses, é aceitável que apresentem uma média de produção inferior àquela dos docentes veteranos.
- A área levará em conta qualquer indicador adicional informado pelo Programa acerca da qualidade de sua produção.

V – Inserção Social (peso 15%).

O quesito Inserção Social pretende aferir o impacto do Programa na sociedade e no sistema de Pós-Graduação. Ou seja, trata-se de avaliar se, além de bem estruturado internamente do ponto de vista de seus indicadores de pesquisa e formação, o Programa revela ações que repercutem em outras esferas. O contexto de formação pós-graduada na área de Psicologia freqüentemente é tal que as atividades de formação e investigação estão estreitamente associadas a iniciativas que atendem diretamente demandas sociais, acadêmicas e não acadêmicas. Valorizar e avaliar criteriosamente essas dimensões constituem um requisito essencial para aferir adequadamente o alcance de um Programa de Pós-Graduação na área.

Ao mesmo tempo em que elevou para 15% o peso deste quesito na avaliação global dos Programas, a área de Psicologia busca avançar na definição das iniciativas que qualificam os Programas quanto à sua inserção social. A área entende que tal qualificação requer (a) um conjunto de realizações com impacto social para além da produção de conhecimento e formação de pesquisadores, porém (b) fortemente articuladas ao sistema de produção de conhecimento, de modo que não representem meramente atividades de extensão.

Como as áreas não podem incluir novos itens neste quesito, a área de Psicologia procurou avançar na definição dos aspectos a serem considerados na avaliação de cada item já existente. Os itens e pesos correspondentes são os seguintes:

Item	Peso
5.1 - Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa.	50
5.2 Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional	30

relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.	20

O item 5.1 avalia o impacto de atividades do Programa na sociedade como um todo, em especial sob a forma de transferência de conhecimento novo para setores sociais que dele necessitam e qualificação de profissionais para lidar com questões socialmente relevantes. Este item requer análise qualitativa.

Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Participação de docentes e discentes em atividades ou projetos de extensão vinculados à atividade de pesquisa desenvolvida no Programa.	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	40
Presença de docentes e discentes na mídia, na forma de apresentação de contribuições academicamente fundamentadas para a abordagem de questões sociais.	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	10
Produção de recursos para a transferência de conhecimento novo para setores sociais que podem dele usufruir prontamente.	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	30
Indicadores de destaque da participação de egressos em iniciativas de reconhecimento social.	<i>Qualitativo</i> MB B R F	20

	D	
--	---	--

O item 5.2. diz respeito à contribuição que o Programa oferece ao sistema de Pós-Graduação em sua área de inserção, formando quadros para outros Programas, estabelecendo intercâmbios, desenvolvendo atividades que favorecem o avanço da pós-graduação em geral e contribuindo para o desenvolvimento da pós-graduação em regiões onde o sistema ainda tem dimensões reduzidas. Este item requer análise qualitativa.

Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Oferta de MINTER e DINTER	MB- SIM D- NÃO	30
Participação de membros do Programa em redes de pesquisa também integradas por docentes de regiões com menor avanço da pós-graduação.	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	40
Participação de docentes do Programa em comissões, associações e atividades dirigidas à promoção e à gestão da pós-graduação em Psicologia no país.	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	30

O item 5.3. refere-se às ações que dão visibilidade às atividades desenvolvidas pelo Programa e aos seus produtos. São apreciados, aqui, principalmente os usos que o Programa faz da internet para divulgar suas rotinas de gestão e seleção de alunos, a produção de docentes e discentes e suas relações com agências e outros Programas.

Os critérios para a avaliação deste item e os pesos internos de cada aspecto serão os seguintes:

Aspecto	Critério	Peso
Página web com as seguintes informações: proposta e estrutura do programa, linhas e projetos de pesquisa, financiamentos, produção bibliográfica, corpo docente, processo de seleção, intercâmbios.	<i>Qualitativo</i> MB B R F D	40

Acesso digital à integra de todas as teses e dissertações defendidas desde 2006.	MB- SIM D- NÃO	60
--	-------------------	----

Aspectos adicionais a serem observados na avaliação do quesito:

- Serão valorizadas iniciativas de acompanhamento dos egressos do Programa.
- Serão valorizados projetos de extensão vinculados a projetos de pesquisa em andamento no Programa, que representem uma transferência dos produtos das pesquisas aos setores sociais que deles podem fazer uso mais imediatamente.
- Serão valorizadas iniciativas que visem à formação de redes de pesquisa e a participação nessas redes de docentes de Programas localizados em regiões onde a pós-graduação encontra-se menos avançada na área.
- Será levado em conta o fato de que alguns Programas têm informado dificuldades relacionadas a copyright para divulgar online as Teses e Dissertações defendidas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos quesitos especificados na seção anterior, a Ficha de Avaliação trará um quesito sobre critérios para a atribuição das notas 6 e 7. Como o CTC-ES não deliberou sobre esse quesito na recente revisão da Ficha de Avaliação, a área aguardará uma definição do quesito e dos itens que o comporão para formalizar os critérios a serem empregados, que não deverão diferir substancialmente daqueles observados no triênio passado.

Os critérios já definidos, para os quesitos I a V, expressam o entendimento da área sobre os aspectos relevantes e seu grau de importância para definir o patamar de qualidade em que um Programa se encontra. Esses critérios serão observados dentro dos limites mais gerais do processo de avaliação na CAPES, inclusive no que diz respeito a exigências mínimas para a atribuição de cada conceito.

Como a produção bibliográfica tem maior peso nesta avaliação (e impacta tanto o quesito IV quanto o quesito III) o desempenho do Programa quanto a esse resultado estabelecerá um limite para a sua nota final. Na avaliação da produção, a área de Psicologia utilizará tanto as planilhas produzidas pela CAPES quanto suas próprias planilhas. Para a comparação dos Programas serão consideradas as planilhas que hierarquizam o desempenho da área e serão observados os grupos de Programas que integram cada terço (superior, intermediário, inferior) dessas planilhas.

Em avaliações anteriores, observou-se que o desempenho dos Programas em produção bibliográfica tem sido coerente com o desempenho no conjunto dos quesitos da Ficha de Avaliação. Isto é, raramente um Programa que recebe o conceito “Muito Bom” nos demais quesitos tem desempenho inferior em Produção Intelectual. Ainda assim, é importante observar que a escala para a classificação dos Programas é pequena e os Programas cujos desempenhos se situam em um mesmo intervalo de nota podem apresentar diferenças notáveis em alguns indicadores. Além disso, Programas situados em um limite do intervalo para a atribuição de uma nota requererão um exame mais detalhado, para garantir que a nota final reflita corretamente seu desempenho em comparação com os demais Programas da área.

O maior peso atribuído ao quesito Inserção Social poderá contribuir para tornar a avaliação da área de Psicologia, como um todo, mais coerente com a diversidade encontrada nas subáreas da Psicologia quanto ao perfil, tipo e volume de produções. O esforço para tornar mais criteriosa a avaliação desse quesito tem o objetivo também de sinalizar para a área o maior reconhecimento que as realizações nesse domínio passam a ter.

O caráter comparativo de todo o processo de avaliação e a formalização clara dos critérios a serem observados devem garantir aos Programas uma base segura para julgar a avaliação realizada pela área e para planejar seu próprio desenvolvimento.

Por último, cumpre reiterar o caráter experimental dos critérios formulados neste documento, em particular daqueles que são novos em relação ao que vigorou no triênio passado. Ao elaborar detalhadamente esses critérios, a expectativa da área de Psicologia é ter a oportunidade de testá-los e revisá-los, para torná-los mais adequados e precisos até o momento da próxima avaliação trienal, em 2010.

Belém, 08 de outubro de 2008.

Emmanuel ZaguryTourinho
Coordenador da Área de Psicologia

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos
Coordenador Adjunto da Área de Psicologia